

Pimentel anuncia força-tarefa para enfrentar a crise no abastecimento de água

Sex 23 janeiro

O governador [Fernando Pimentel](#) anunciou, nesta sexta-feira (23/01), uma série de ações do Governo do Estado para tentar contornar a crise de abastecimento de água em Minas Gerais, que afeta principalmente a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Entre elas, está a criação de uma força-tarefa entre secretários estaduais e presidentes de empresas e autarquias para a elaboração e execução de projetos destinados a minimizar o problema. Na próxima semana, Pimentel também irá se reunir com a presidente Dilma Rousseff em busca de apoio nas ações desenvolvidas pelo Estado.

Além das ações emergenciais anunciadas pela [Companhia de Saneamento de Minas Gerais \(Copasa\)](#), como a campanha para redução de 30% no consumo de água pela população da região metropolitana da capital e as intervenções visando a diminuição do desperdício da água disponibilizada pela companhia, o governador também destacou as ações de curto, médio e longo prazo que serão desenvolvidas.

“Todos os sinais apontam para a necessidade de uma ação muito efetiva do Governo Estadual, com o apoio da população e com o apoio da imprensa, para divulgar as medidas para que possamos reduzir o consumo e conseguirmos atravessar o ano sem desabastecimento”, afirmou Pimentel durante coletiva de imprensa no Palácio Tiradentes.

A força-tarefa irá centralizar e coordenar todos os esforços do Governo do Estado nessa direção. “Nós já identificamos uma série de projetos e programas que estavam dispersos na administração estadual e até federal, como projetos de construção de pequenas barragens em bacias hidrográficas no interior do Estado, no Norte de Minas, e que não faziam parte de um esforço, de um planejamento integrado”, disse o governador.

Medidas

Ações publicitárias sobre a importância do consumo responsável também serão veiculadas a partir da próxima semana. Ainda segundo Pimentel, o Estado está se esforçando para conseguir autorização do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) para iniciar uma política de sobretaxa na conta de água para iniciar a redução de consumo com mais rapidez.

Já a médio prazo estão previstas a realização de obras para alterar o ponto de captação de água do rio Paraopeba no sentido de reforçar o reservatório do rio Manso – principais responsáveis pelo abastecimento da capital e região metropolitana. O [secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, Murilo Valadares](#), informou que está sendo analisada a viabilidade jurídica para utilização da parceria público-privada no rio Manso para ampliar em quatro metros cúbicos por segundo a captação de água no rio Paraopeba, com a implantação de uma adutora com quatro quilômetros de extensão.

“Vamos fazer todo o esforço esse ano porque pode acontecer de outubro não chover. Então, nosso

esforço, quatro metros cúbicos, resolve muita coisa em Belo Horizonte a curto prazo. A médio prazo, estamos olhando para o rio Taquaraçu, que é mais importante que o rio Jaboticatubas. Estamos olhando a possibilidade de fazer uma barragem no rio das Velhas e também tem outra captação no rio Paraopeba de mais um metro cúbico para Serra Azul”, explicou o secretário.

A longo prazo, o governo estadual planeja reforçar a captação de água no rio das Velhas com a construção de reservatórios e estudos para captação na bacia do rio Jaboticatubas. Ainda durante a coletiva, Pimentel lamentou o atraso nas ações desenvolvidas pelo governo anterior para prevenir a falta de água no Estado.

“A inclinação da curva do nível dos reservatórios do sistema Paraopeba, que abastece a região metropolitana, indicava a necessidade de algum tipo de medida de contenção de consumo. Nada foi feito e, hoje, nós temos que enfrentar essa situação com mais empenho. Essa é uma questão grave que afeta o Estado de Minas Gerais como um todo e nós vamos precisar muito da colaboração da população”, afirmou.

Legislação

A Copasa iniciou processo junto ao [Instituto Mineiro de Gestão das Águas \(Igam\)](#) no sentido de adotar medidas que possam levar a um consumo mais consciente, forçando a redução da demanda por parte da população. O [secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Marco Antônio Rezende Teixeira](#), lembrou que a legislação relativa ao tema é federal e atende todas as questões necessárias, “tanto de eventual racionamento, como de aplicação de outros meios, e aí são os financeiros, tarifa ou redução de tarifa para incentivo, uma série de outros fatores que podem ser feitos para contornar essa situação”. Levantamento da Defesa Civil mostra que, dos 224 municípios mineiros que não são atendidos pela Copasa, 50 deles já se encontram com racionamento de água e outros 13 com a prática de rodízio. Além deles, outras 36 cidades já estão em situação de alerta.